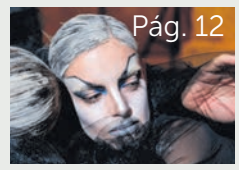
ESCOLA FUTEBOL FEMININO DE SETÚBAL ESTREIA-SE NA II
Pág. 10



DANÇARTE MOSTRA "ENTROPIA DO TEMPO"
Pág. 12



FESTIVAL DO CLARINETE CELEBRA LEGADO DE ANTÓNIO MENINO
Pág. 13



Somos informação segura
semmais.pt

+Região | Diretor Raul Tavares | Semanário Região de Setúbal | Edição n.º 1365 9.ª série | DISTRIBUÍDO COM O Expresso

Sexta-feira 30 outubro 2026
0,50

semmais



PENÍNSULA CONTA COM 160 MIL POBRES

A falta de habitação acessível, os baixos salários e a incapacidade de pagar contas básicas são problemas identificados. Cerca de 20 por cento dos sem-abrigo da região são estrangeiros.
Pág. 4

CHEGA RECOMPÕE EXECUTIVO NA QUINTA DO ANJO

Integração de eleitos da força partidária acaba por resolver problema provocado por renuncias que paralizaram gestão da junta.
Pág. 7

CARLOS ALBINO QUER SOLUÇÕES PARA SAÚDE NA MOITA

As intervenções da Câmara nos centros de saúde do concelho ultrapassam o milhão de euros, mas o financiamento tarda a chegar.
Pág. 8

Governo fornece meios para prevenir incêndios



Programa especial da tutela atribui maquinaria aos concelhos de Santiago do Cacém, Barreiro, Palmela e Seixal. São equipamentos para limpar bermas e fazer gestão de combustíveis. Operação fitossanitária inclui tratamento para travar doenças na vegetação.
Pág. 2

LISNAVE CONFIA NA MITRENA E PROMETE ALARGAMENTO DE ATIVIDADE
Pág. 5



ALCÁCER INVESTE DOIS MILHÕES NA ENCOSTA DO CASTELO
Pág. 8

POSTO DA GNR EM MELIDES ABRE COM FALTA DE EFETIVOS
Pág. 9

CRAS DE SANTO ANDRÉ RECUPERA ANIMAIS E FACULTA ESTÁGIOS A UNIVERSITÁRIOS



Pág. 3

QUATRO CONCELHOS CANDIDATARAM-SE A APOIOS MATERIAIS PARA PREVENÇÃO DOS FOGOS

Governo distribui maquinaria e prepara campanha para travar doenças na vegetação



IMAGEM DR

Santiago do Cacém, Barreiro, Palmela e Seixal são os concelhos que se candidataram a um programa especial que vai dar equipamento específico para limpar bermas e fazer a gestão de combustíveis. Está a ser preparada operação fitossanitária para travar doenças nos sobreiros, pinheiro e eucaliptos.

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO

A PREVENÇÃO dos incêndios florestais e a conservação da vegetação já estão em marcha a nível nacional. No distrito de Setúbal, mercê de acordos com a comunidade intermunicipal, já foi entregue uma máquina de rasto ao município de Santiago do Cacém e, em breve, três outras irão equipar os serviços camarários de Barreiro, Palmela e Seixal. Mas não é tudo, uma vez que em breve irão desenvolver-se trabalhos fitossanitários que têm em vista a recuperação e preservação de espécies como o sobreiro, o pinheiro manso e até o eucalipto.

A iniciativa de dotar concelhos com maquinaria pesada capaz de ajudar a conter os incêndios florestais pertence à Secretaria de Estado das Florestas e do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF). Trata-se, conforme disse ao Semmais o secretário de Estado, Rui Ladeira, de um investimento a nível nacional de cerca de 250 milhões de euros.

"Os quatro equipamentos já destinados ao distrito de Setúbal são apenas uma parte do todo. Contamos ter distribuído durante toda esta campanha preventiva cerca de 300 máquinas diversas. O investimento de 250 milhões de euros através do Programa Mais Floresta acaba por contemplar não só as autarquias que apresentaram candidaturas, mas também as empresas que irão usufruir de material mais moderno", explicou o secretário de Estado.

Rui Ladeira referiu que em cada concelho cuja candidatura foi aprovada passarão a existir não só tratores e máquinas de rasto, mas também robôs que permitirão aceder a locais mais recônditos e maquinaria destroçadora. "Todos os municípios que mostraram interesse neste tipo de equipamentos foram escutados. Foi feita a avaliação de cada caso, nomeadamente dos planos municipais e, em relação ao distrito de Setúbal, foram contemplados quatro concelhos", adiantou o responsável governamental.

Sobre as máquinas de rasto que já começaram a ser entregues, Rui Ladeira refere que cada comunidade intermunicipal tem a obrigação de assegurar que cada uma fará, pelo menos, 100 quilómetros até ao início da época dos fogos e que, "no período mais crítico, estarão disponíveis permanentemente". Já em relação aos equipamentos destinados à gestão de material combustível e proteção do edificado, a obrigatoriedade é a de que cada máquina cubra anualmente 80 hectares de terreno e uma faixa de 80 quilómetros de faixas ao longo das estradas e caminhos municipais: "É preciso proteger todo o património e isso passa também pela utilização de limpa-bermas. Este tipo de trabalho é importante e por isso envolve bem mais do que os municípios ou a Secretaria de Estado das Florestas. É um trabalho em rede e que também se desenvolve com as diversas entidades privadas locais".

OBJETIVO PASSA POR CRIAR VALOR FLORESTAL

Mesmo tendo em conta que o distrito de Setúbal não é, tradicionalmente, muito afetado por incêndios florestais, o secretário de Estado entende que há sérias preocupações com a destruição de vegetação específica e que vão muito além do fogo, nomeadamente do montado de sobro, da mancha de pinheiro manso e até dos eucaliptais.

Diversas organizações ambientais e associações de agricultores têm alertado para o facto de, nos últimos anos, todos os concelhos do Litoral Alentejano estarem a perder grandes quantidades de sobreiros e pinheiros. Rui Ladeira reconhece que é preciso agir de imediato para tentar controlar o problema das pragas e doenças que afetam as árvores. "Em breve, vamos iniciar uma grande operação fitossanitária", disse sem, no entanto, especificar onde em que locais específicos é que a mesma irá decorrer e quais os custos associados.

"A valorização florestal é uma preocupação do Governo e do INCF. É preciso intervir até mesmo nos eucaliptos, para que os produtores florestais possam ter retorno dos seus investimentos", afirmou ainda o secretário de Estado, salientando que deverão ser adotadas quatro medidas basilares que travem não só o alastramento de pragas, mas também a destruição de árvores, como os sobreiros, devido a práticas agrícolas menos corretas e que acabam, muitas vezes, por causar danos irreversíveis nas raízes.

Técnicos florestais contactados pelo nosso jornal referem que "é sempre de louvar a preocupação de combater determinadas pragas, como por exemplo a do nemátodo, mas também é muito importante que exista uma maior fiscalização das entidades locais e nacionais em tudo o que diga respeito à gestão da água". "Nos concelhos do litoral alentejano não existe um número correto do número de furos existentes. A agricultura intensiva é grave, mas não explica tudo. É preciso saber o que gastam os empreendimentos turísticos e as centenas de particulares, muitos deles residentes em casas isoladas, e que constroem piscinas que enchem com captações de água ilegais", referiu um dos responsáveis ambientais contactados. ■

CENTRO PRESTA CUIDADOS HOSPITALARES E DEDICA-SE À INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

CRAS de Santo André recupera animais e faculta estágios a universitários

Em apenas seis meses foram, ali recolhidos e tratados 317 animais, na maioria aves. As colaborações com universidades e empresas permitem manter uma estrutura fundamental para a fauna autóctone.

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO

FICA em Vila Nova de Santo André, no concelho de Santiago do Cacém, e é um dos três Centros de Recuperação de Animais Selvagens (CRAS) do país onde a Quercus faz a recolha e tratamento de espécies autóctones para posterior libertação na Natureza. Mas não é apenas um "hospital de bichos", uma vez que ali se faz investigação científica e se facultam, anualmente, estágios a dezenas de estudantes universitários.

Nos primeiros seis meses deste ano, o CRAS de Santo André foi responsável pela recolha e tratamento de 317 animais que ali chegaram por intermédio de residentes na área, mas também transportados por efetivos da GNR e pessoal do ICNF. O número de exemplares atendidos, de acordo com os dados fornecidos pela Quercus, é cada vez mais significativo e correspondia a meio do ano em curso a 62 por cento do total contabilizado durante 2025. "Existe, efetivamente, um crescente empenhamento da população, seja através de ações de voluntariado, seja através de donativos", explica ao Semmais a bióloga e coordenadora dos CRAS, Carolina Nunes.

"Para além da ajuda da população local, que contribui imenso com donativos de, por exemplo, caixas transportadoras, mantas e alimentos, temos todos os anos cerca de 70 voluntários, que se responsabilizam pela alimentação dos animais, a limpeza das instalações e também pela divulgação de ações de educação ambiental, e também recebemos estudantes que aqui fazem estágios curriculares. Temos gente das áreas de biologia, veterinária e outras", afirma a coordenadora dos CRAS, lembrando que os peritos da Quercus participam regularmente em campanhas de sensibilização efetuadas em escolas e universidades.

Carolina Nunes refere ainda que os protocolos com diversas universidades e institutos possibilitam que nos centros de recuperação de animais selvagens se estejam a cimentar práticas que contribuem para fazer um levantamento das doenças que atingem as diversas espécies e, igualmente, se elaborem relatórios onde são enunciadas as diversas ameaças para toda a fauna. "Há contacto internacionais regulares", refere aquela responsável, valorizando a importância dos CRAS nacionais, que no primeiro semestre deste ano já recolheram 1.180 animais (85 por cento são aves).



IMAGEM DR

TAREFA DO CENTRO "NÃO É FÁCIL NEM BARATA"

Recuperar animais feridos ou doentes e libertá-los depois de curados não é, diz a coordenadora dos CRAS, uma tarefa fácil nem barata. Os protocolos celebrados com as universidades, as parcerias de mecenato e o acesso a fundos do PRR tem permitido que todos os anos os centros possam pagar ordenados a pessoal especializado, manter instalações e renovar equipamentos fundamentais.

"Em 2025 foram essenciais os 60 mil euros provenientes do Fundo Ambiental para que pudéssemos reabilitar diversas estruturas. Depois há mais 75 mil euros que se destinam, anualmente, ao pagamento de vencimentos e aquisição de diversos consumíveis", diz Carolina Nunes.

A bióloga refere ainda que em Santo André tem sido fundamental toda a colaboração com as entidades locais: "Temos ajudas da Junta de Freguesia, mas também da Câmara Municipal de Santiago do Cacém e de diversos mecenas, como é o caso da Galp, que ainda recentemente nos permitiu adquirir um laser terapêutico e também um aparelho de raio x".

"A recolha de donativos, seja de instituições seja de particulares, é de fulcral importância, assim como o acesso que as universidades e os laboratórios facultam às suas instalações. Este não é um trabalho fácil, até porque o financiamento nunca é aquele que desejamos para podermos desenvolver novos projetos. Mas temos de agradecer a todos os que ano após ano ajudam. A própria divulgação do CRAS nas redes sociais é muito relevante e importante", diz Carolina Nunes. ■

Antigo Moinho alberga instituição

O CRAS de Santo André encontra-se instalado num antigo moinho de água localizado na reserva local. Era, antes de a Quercus ali assentar arraiais, a sede do Grupo Lontra, uma entidade que na década de 1990 recuperou as ruínas para ali se dedicar a ações de ajuda a animais em dificuldades. "Com a junção do Grupo Lontra à Quercus, em 2000, houve a possibilidade de crescer. O moinho serve hoje de auditório e de alojamento para os voluntários. Entretanto, com base no mecenato, foram construídos mais dois edifícios que hoje são utilizados para tratar os animais", refere a coordenadora dos centros.

7 DIAS

CRIAR-T E HCP GRÂNDOLA NO ARRANQUE DA II DIVISÃO

As duas equipas do distrito que se encontram a disputar a II Divisão de hóquei em patins tiveram sortes distintas no arranque da competição, que decorreu no último sábado. O Criar-T do Seixal empatou a dois golos na receção ao Sporting B, enquanto o HCP Grândola averbou uma pesada derrota de 8-1 na deslocação ao HC Turquel, recentemente despromovido e um dos grandes candidatos à subida de divisão.

SETÚBAL ABRE CONCURSO PARA RECRUTAR 20 BOMBEIRO

A câmara de Setúbal abriu um concurso externo para o recrutamento de 20 bombeiros sapadores, com contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado. A iniciativa, de acordo com um comunicado divulgado na terça-feira, pretende reforçar a capacidade operacional da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal e melhorar a resposta às ocorrências no concelho.

DORES MEIRA PROMETE REGRESSAR AO SERVIÇO DE SETÚBAL



A presidente da Câmara de Setúbal, Dores Meira, garante que está a recuperar e que regressará às suas funções quando tal lhe for permitido pelos médicos. Numa mensagem publicada nas redes sociais, a autarca, temporariamente afastada por recomendação médica, assegura que voltará a estar junto dos setubalenses e azeitonenses, reafirmando o compromisso com o concelho. Até lá, sublinha, o trabalho prossegue com uma equipa unida e empenhada em fazer Setúbal avançar.

ULS ARCO RIBEIRINHO INVESTE EM EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

A Unidade Local de Saúde do Arco Ribeirinho (ULSAR) investiu cerca de 38 mil euros no reforço das infraestruturas digitais das unidades de Cuidados de Saúde Primários, através de financiamento do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Segundo um comunicado enviado ao Semmais quarta-feira, o investimento permitiu adquirir sistemas de alimentação ininterrupta de energia e equipamentos de comunicação por satélite, destinados a assegurar a continuidade dos serviços em situações de emergência.



"Dom Manuel Martins foi uma voz que não se resignou perante a injustiça, a pobreza ou a exclusão.

ANTÓNIO MELO,
membro da administração da Fundação Dom Manuel Martins, no lançamento das comemorações do centenário do primeiro bispo de Setúbal.

Luta dos utentes contra as portagens nas pontes intensifica-se

Valores cobrados anualmente ronda os 90 milhões de euros. Utentes do Transportes Públicos da Margem Sul apoiam proposta socialista para acabar com os pagamentos diários das travessias.



IMAGEM DR

A COBRANÇA de portagens nas pontes 25 de Abril e Vasco da Gama rede ao concessionário, a Lusoponte, cerca de 90 milhões de euros anuais. Este é um valor que levou a Assembleia Municipal de Setúbal na passada semana, a pedir a suspensão do pagamento, reivindicação que é agora partilhada pela Associação de Utentes dos Transportes da Margem Sul, que considera a cobrança desajustada e sem sentido, tanto mais que os valores anuais gasto na manutenção das infraestruturas não chegará aos 30 por cento do valor total amealhado.

"As duas pontes estão mais do que pagas. Mesmo que os contratos de manutenção assinados com a Lusoponte sejam pagos pela empresa, são os utilizadores que acabam por pagar há um ror de anos uma quantia que dava para construir diversas outras pontes. Assim, é evidentes que estamos a favor da suspensão do pagamento de portagens nas pontes 25 de Abril e Vasco da Gama", disse ao Semmais a representante da Associação de Utentes de Transportes da Margem Sul, Aurora Almeida.

Aquela responsável entende que "é necessário dar mais importância a quem vive na margem Sul e que diariamente tem de viajar para Lisboa, e deixar de estar a contribuir para o enriquecimento de empresas transportadoras, como é o caso da Fertagus, que vão acumulando dinheiro à conta de concessões como é o caso dos parques de estacionamento e dos espaços comerciais junto e dentro das diversas estações ferroviárias". "Com as portagens das pontes a questão é a mesma: Os utilizadores passam anos e anos a pagar algo que já está pago e que, objetivamente, já chegava para construir novas travessias".

"Defendemos o fim das portagens nas duas pontes, seja qual for o partido que tenha proposto essa medida. Não é uma questão de cor política, mas de justiça social. Não é justo nem correto que os utentes paguem há 60 anos portagens num lado e há quase 40 anos noutro. São infraestruturas muito importantes, que foram determinantes para todas as populações desta margem (a península de Setúbal) mas que que já estão mais do que pagas. Insistir em cobrar aos utilizadores passados tantos anos é castigá-los", refere Aurora Almeida.

AUTARQUIA SADINA ALINHA PELO MESMO DIAPASÃO

No dia 21 deste mês a Assembleia Municipal de Setúbal, por proposta dos eleitos socialistas, aprovou uma manifestação pública exigindo a eliminação das portagens nas duas pontes, exigindo ao Governo que tome as medidas necessárias e imediatas para que a medida seja consumada. "Não há alternativas viáveis para quem, diariamente, tem de fazer deslocações diárias, seja no âmbito de questões profissionais, escolares ou pessoais, entre as duas margens", argumentaram os proponentes, lembrando os gastos adicionais exigidos a quem mora a Sul do Tejo.

Tal como vem sendo reivindicado pela Associação de Utentes, também o município de Setúbal entende que é fundamental o reforço da oferta de transportes públicos entre as duas margens e a consequente articulação entre todos os operadores.

As estimativas apontam para que a Lusoponte ganhe anualmente cerca de 50 milhões em portagens cobradas na 25 de Abril e cerca de 40 milhões resultantes das cobranças efetuadas na Vasco da Gama. ■

TEXTO **JOSÉ BENTO AMARO**

Pobreza afeta 18,9 por cento da população da Península de Setúbal

A Península de Setúbal é a quarta região de Portugal continental com maior risco de pobreza e exclusão social. Mais de 160 mil pessoas enfrentam dificuldades económicas. Na população sem-abrigo sinalizada, cerca de 20% são estrangeiros.

A PENÍNSULA de Setúbal é a quarta região de Portugal continental com maior risco de pobreza e exclusão social. Segundo os dados mais recentes do relatório do Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza, relativos a 2025, 18,9% da população dos nove concelhos da região é afetada por dificuldades económicas e sociais, uma proporção 0,6 pontos percentuais acima da média nacional.

Os indicadores apontam para mais de 160 mil pessoas em situação de carência monetária ou social. Entre os critérios considerados estão rendimentos mensais inferiores a 723 euros e a incapacidade de suportar despesas essenciais, como o pagamento atempado de contas, o aquecimento da habitação ou o consumo regular de carne ou peixe.

Uma das conclusões do relatório é que o risco de pobreza já não está necessariamente associado ao desemprego. Os dados contrastam, porém, com os valores médios salariais divulgados pela Segurança Social, que apontavam para 1.639 euros mensais no distrito de Setúbal em abril de 2026, acima dos 1.542 euros registados em 2025. O concelho de Sines, com uma média de 1.925 euros, contribui para elevar o valor regional.

Na pobreza monetária, a Península de Setúbal continua também entre as regiões mais afetadas, com 15,7% dos residentes abaixo do limiar considerado.



IMAGEM DR

Contactada pelo Semmais, a Cáritas Diocesana de Setúbal confirma dificuldades crescentes, incluindo entre famílias da classe média. O presidente da instituição, Paulo Valente da Cruz, aponta a ajuda alimentar e, sobretudo, a habitação como áreas de maior preocupação.

"Não existe fome, porque vamos conseguindo arranjar alimentos, mas existe pobreza", afirma, sublinhando que "os aumentos salariais não acompanham, por exemplo, o aumento exponencial da habitação".

Para o responsável, a falta de casas a preços acessíveis é um fator determinante na pobreza e exige uma resposta de longo prazo. A construção das habitações necessárias, defende, deveria ter sido planeada e concretizada há vários anos.

Quanto à população sem-abrigo, Paulo Valente da Cruz refere que os números se mantêm relativamente estáveis há cerca de cinco anos. Entre os casos sinalizados em Setúbal, cerca de 20% correspondem a cidadãos estrangeiros, 50% a pessoas residentes no distrito e os restantes a pessoas provenientes de outras regiões. ■

TEXTO **JOSÉ BENTO AMARO**

Lisnave confiante na continuidade na Mitrena e quer alargar atividade

A Lisnave acredita reunir condições para continuar nos estaleiros da Mitrena, em Setúbal, após o lançamento do concurso internacional para a nova concessão, previsto para 2027.

O ADMINISTRADOR-DELEGADO da Lisnave, Nuno Santos, está confiante na continuidade da empresa na Mitrena, defendendo que o seu historial económico, financeiro, técnico e comercial, aliado aos projetos de desenvolvimento que pretende concretizar, constitui uma vantagem no processo de concessão.

"Acho que temos todas as condições para fazermos parte da solução na futura concessão da Lisnave", afirmou o responsável, no final de uma sessão promovida pela Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra (APSS) sobre o futuro dos estaleiros e as oportunidades da indústria naval na região. E afiançou que a Lisnave pretende alargar a sua atividade à construção e reciclagem naval.

Nuno Santos explicou que o atual contrato limita a atividade à reparação, manutenção e modernização de navios. A empresa pretende, porém, alargar a intervenção à construção e reciclagem naval, à produção de equipamentos marítimos e à construção de estruturas de grandes dimensões junto à água.

O responsável confirmou também a disponibilidade da Lisnave para trabalhar para a indústria militar, lembrando que a estratégia europeia considera os estaleiros navais ativos estratégicos de dupla utilização, civil e militar.

Apesar do potencial da reciclagem naval, alertou para as dificuldades de concorrência com países asiáticos, como o Bangladesh, a Índia e o Paquistão, onde as exigências ambientais e de segurança são menos rigorosas. Ainda assim, destacou as oportunidades de recuperação do aço de navios em fim de vida.

À margem do tema em debate, Nuno Santos admitiu ainda que os resultados financeiros da Lisnave em 2026 deverão ficar aquém das expectativas, devido à instabilidade geopolítica e às tempestades no início do ano, que reduziram a atividade e dificultaram as manobras de entrada e saída de navios das docas.

APSS QUER DIVERSIFICAR ATIVIDADE E EMPREGO

O presidente da APSS, Vítor Caldeirinha, defendeu igualmente a diversificação das atividades na Mitrena, incluindo a construção de embarcações civis e militares, navios não tripulados, plataformas flutuantes para energia eólica offshore, modernização de navios e desmantelamento naval.

Estas áreas estão alinhadas com a estratégia nacional Portos 5+, que prevê um novo ciclo de investimento e crescimento no setor portuário. Caldeirinha mostrou-se confiante de que os investimentos associados à futura concessão permitirão aumentar significativamente o emprego, apontando para a possibilidade de duplicar os postos de trabalho, direta e indiretamente.



IMAGEM DR

O concurso internacional está previsto para o segundo trimestre de 2027. A APSS encontra-se a preparar os estudos técnicos e o caderno de encargos, tendo já recebido manifestações de interesse de várias empresas.

Na conferência, que para além do Nuno Santos, da Lisnave, e do presidente da APSS, Vítor Caldeirinha, contou com a participação de Luis Figueiredo, CEO do Grupo ETE e Luís Lopes, especialista em políticas públicas de energia e infraestruturas, foi debatidos os desafios que se colocam ao setor, nomeadamente as oportunidades de desenvolvimento, inovação e reforço da atividade naval na região. ■

TEXTO **DAVID MARCOS COM LUSA**

PUBLICIDADE



Procura de casas no distrito quase duplica a média nacional

IMAGEM DR



Estatísticas mostram que a região é a quinta do país com os preços de venda mais elevados. Em Grândola, impulsionada pela procura turística de gama alta, o metro quadrado custa 5.606 euros. O arrendamento de um T1 custa, em média, 981 euros por mês.

A FALTA de habitação no distrito de Setúbal acompanha a tendência nacional. Nos nove concelhos da Península, porém, a procura de casa através de anúncios online é quase o dobro da média do país: 30 contactos por imóvel, contra 18 a nível nacional.

Os dados do portal imobiliário Idealista mostram que o número de casas à venda no distrito de Setúbal aumentou 2% no terceiro trimestre deste ano, enquanto a média nacional recuou 4%. O reforço da oferta não se traduziu, contudo, numa descida dos preços. Segundo os últimos dados estatísticos, o distrito ocupava o quinto lugar entre as regiões do país com os valores de venda mais elevados, com um preço médio de 3.490 euros por metro quadrado, mais 9,9% do que no mesmo período de 2025.

"A proximidade a Lisboa é, sem dúvida, um fator que motiva a procura do distrito e, sobretudo, da Península, para compra ou arrendamento de casa. Os preços podem ser mais baratos e os transportes, mesmo com muitas reclamações, oferecem diversas alternativas. Há barcos, comboios, autocarros", afirmou ao Semmais o promotor imobiliário Paulo Caeiro, que salienta, ainda assim, "a muita falta de oferta, seja de apartamentos ou de moradias".

CORRIDA À COMPRA DE HABITAÇÃO INTENSIFICA-SE

Os dados do Idealista confirmam a pressão sobre o mercado. Até ao final de setembro, 10% das casas terão sido vendidas em menos de uma semana, enquanto 32% foram negociadas num prazo entre um e três meses.

No arrendamento, o preço médio mensal de um T1 no distrito chega aos 981 euros, o quinto valor mais elevado do país. Almada apresenta a renda mediana mais alta, com 16,1 euros por metro quadrado, seguida de Santiago do Cacém, com 15,6 euros, e do Seixal, com 14,1 euros. Na Costa da Caparica, no concelho de Almada, o valor sobe para 18,7 euros por metro quadrado.

As maiores subidas anuais das rendas registaram-se em Alcochete, com um aumento de 13,2%, seguindo-se Setúbal, com 5,3%, e o Seixal, com 5%. A evolução em Alcochete poderá estar relacionada com a construção do novo aeroporto internacional de Lisboa nas imediações.

Segundo o Idealista, com base nas pesquisas online, a maioria dos interessados em comprar casa no distrito é portuguesa. Entre os compradores estrangeiros, o Reino Unido destaca-se como país de origem de 14% das pesquisas.

Nos preços de venda, Grândola lidera, com 5.606 euros por metro quadrado. Seguem-se Alcácer do Sal, com 4.006 euros, e Sines, com 3.858 euros. Os promotores imobiliários associam os valores de Grândola à procura turística de gama alta e os de Alcácer do Sal e Sines à procura habitacional ligada à atividade económica e ao crescimento industrial, sobretudo na cidade portuária. ■

TEXTO **JOSÉ BENTO AMARO**

IMAGEM DR



Doença de Newcastle detetada em pombal da Moita

As aves infetadas na Baixa da Banheira foram abatidas e as autoridades delimitaram zonas de proteção e de vigilância. Não há, para já, registo de outros focos na região, mas a DGAV alerta para a possibilidade de surgirem novos casos.

A DOENÇA de Newcastle, uma infeção que afeta aves como galinhas, perus, patos e pombos, foi detetada e confirmada esta semana num pombal da Baixa da Banheira, no concelho da Moita. Por determinação da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), todas as aves existentes no local foram abatidas. Até terça-feira, não havia conhecimento de outros animais infetados.

Apesar de o risco para a saúde humana ser reduzido, a deteção do foco levou à adoção de medidas preventivas. Entre as restrições impostas estão limitações à circulação de aves na área abrangida e à sua participação em feiras, mercados e exposições. Foram também estabelecidas regras para a circulação de carne fresca e produtos derivados provenientes de matadouros localizados nas zonas abrangidas.

Segundo informação divulgada pela Câmara Municipal da Moita, foi criada uma zona de proteção com um raio de três quilómetros, que abrange áreas dos concelhos da Moita, Barreiro, Seixal, Alcochete e Almada. Foi igualmente delimitada uma zona de vigilância de dez quilómetros, que se estende aos concelhos da Moita, Barreiro, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal e Lisboa.

Contactada pelo Semmais, uma fonte da DGAV afirmou que, até ao momento, não há registo de outras explorações avícolas afetadas na Península de Setúbal. Ainda assim, a possibilidade de surgirem novos casos não está excluída, uma vez que o vírus pode ser transmitido por aves selvagens e os sinais da infeção nem sempre são detetados de imediato.

" O importante numa situação como esta é que os proprietários dos animais, ao detetarem sinais da doença, comuniquem de imediato com os serviços veterinários locais e cumpram todas as regras para impedir o alastramento", alertou a mesma fonte.

A doença de Newcastle é causada por um vírus que afeta sobretudo as aves e pode provocar sintomas como dificuldades respiratórias, alterações neurológicas e mortalidade elevada. Nos seres humanos, a infeção é rara e manifesta-se, geralmente, através de conjuntivite, podendo ocorrer após contacto com aves infetadas ou com as suas secreções e excreções.

A DGAV recomenda, por isso, cuidados acrescidos no manuseamento de aves, alimentos, água, utensílios e equipamentos que possam ter estado em contacto com animais doentes. A limpeza e desinfeção das instalações, do vestuário e dos objetos potencialmente contaminados são igualmente importantes para evitar a propagação do vírus. ■

TEXTO **JOSÉ BENTO AMARO**

INTEGRAÇÃO DE ELEITOS DO CHEGA RESOLVE PROBLEMA PROVOCADO POR RENUNCIA

Chega recompõe executivo da junta e tenta pôr fim a dois meses de impasse

TEXTO DAVID MARCOS


IMAGEM DR

O PRESIDENTE da Junta de Freguesia da Quinta do Anjo, Nuno Valente, acredita que a recomposição do executivo permitirá recuperar a estabilidade e retomar a atividade regular da autarquia, após mais de dois meses de impasse provocado pela renúncia de três eleitos do Chega. A solução foi aprovada a 14 de outubro, numa assembleia de freguesia extraordinária, com quatro votos favoráveis, cinco abstenções e três votos contra, ultrapassando o bloqueio que limitava a junta à gestão corrente.

Em declarações ao Semmais, o autarca afirma que a «prioridade absoluta» na escolha dos novos vogais foi garantir "a governabilidade, a eficácia e a estabilidade". Nuno Valente rejeita uma "escolha partidária cega" e assegura que os elementos escolhidos deram «as garantias necessárias de lealdade e trabalho em equipa» até ao final do mandato.

O novo executivo integra Miguel Ferreira da Silva Alves, Carlos Alberto Borges Paulo e Dulce Isabel Fernandes Martins de Azeredo, eleitos pelo Chega. Mantêm-se José Cordeiro, eleito pela AD, a quem o PSD retirou a confiança política no início do mandato, e Nuno Valente, também eleito pelo Chega, mas desvinculado do partido desde agosto.

Com a recomposição do executivo, o presidente pretende retomar tarefas de manutenção e limpeza urbana, reforçar o contacto com a população, nomeadamente no apoio social, e desbloquear processos administrativos pendentes. A médio prazo, aponta ainda ao reforço do investimento nas infraestruturas locais e à melhoria da articulação com a câmara de Palmela.

A CDU, cuja abstenção permitiu viabilizar a recomposição, justificou a decisão, em comunicado, com o "superior interesse da freguesia e das populações". A coligação responsabiliza os "desentendimentos constantes" no executivo e as renúncias de eleitos do Chega pela crise, mas ressalva que a sua posição "não representa qualquer acordo ou concordância" com as opções de gestão do presidente. Garante, por outro lado, que manterá um "rigoroso escrutínio" à atividade da junta.

O PS votou contra e rejeita dar "cheques em branco" a uma solução que considera incapaz de assegurar a estabilidade. Os socialistas contestam também a composição do executivo, alegando que não cumpre a Lei da Paridade. "Da nossa parte, continuaremos na Assembleia de Freguesia a fazer o que sempre fizemos, uma oposição firme, rigorosa e em defesa intransigente de Quinta do Anjo", afirma o partido.

Perante as críticas, Nuno Valente acusa a oposição de recorrer a "estratégias partidárias de bloqueio ou desgaste político" e garante que está concentrado em "governar e servir a Quinta do Anjo". ■

PUBLICIDADE



PUBLICIDADE



PRESIDENTE, CARLOS ALBINO, ACUSA TUTELA DE NÃO APRESENTAR SOLUÇÕES

Centros de saúde da Moita continuam à espera de financiamento para obras

As intervenções em Alhos Vedros, Moita e Vale da Amoreira já ultrapassam um milhão de euros, mas continuam sem financiamento assegurado. Carlos Albino acusa a tutela de não apresentar soluções.

TEXTO DAVID MARCOS

AS OBRAS estruturais nos centros de saúde de Alhos Vedros, Moita e Vale da Amoreira continuam sem financiamento assegurado. O investimento, inicialmente estimado em cerca de 750 mil euros, ultrapassa agora um milhão, devido à inflação e à degradação dos edifícios.

Em declarações ao Semmais, o presidente da câmara da Moita, Carlos Albino, considera que a recente reunião com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT) e a Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) foi positiva, mas não permitiu encontrar soluções concretas. "Boa vontade há muita, dinheiro é que não há", lamenta.

O autarca defende que cabe ao Ministério da Saúde assegurar o financiamento de intervenções que vão além da manutenção corrente. "Ou abre uma linha de financiamento, ou então assume que não quer fazer as obras", afirma, acusando a tutela de continuar a "empurrar com a barriga" a resolução do problema.

Em março, Carlos Albino já tinha denunciado ao Semmais as "condições indignas" de várias unidades de saúde do concelho, apontando infiltrações, humidade e fissuras nos edifícios. Sete meses depois, segundo o presidente, os problemas mantêm-se e continuam a agravar-se.

A autarquia tem procurado minimizar as deficiências através de trabalhos de manutenção, incluindo a pintura de salas de consulta. No entanto, o autarca sublinha que estas intervenções não resolvem os problemas estruturais das coberturas e fachadas. "Estamos a tratar o sintoma, não estamos a tratar o problema", resume.

Uma nova reunião ficou pré-agendada para a primeira semana de novembro. Entretanto, o município pretende apurar os encargos suportados desde a transferência de competências na área da saúde, incluindo despesas com manutenção e recursos humanos, para reclamar o respetivo pagamento.



IMAGEM DR

Há, contudo, um processo que ficou entretanto resolvido. Carlos Albino revelou ao Semmais que o Estado já pagou os 1,5 milhões de euros relativos à construção do Centro de Saúde da Baixa da Banheira, inaugurado em 2024.

HABITAÇÃO PARA ATRAIR PROFISSIONAIS DE SAÚDE

A par da requalificação das unidades, a câmara da Moita quer encontrar respostas para a dificuldade de fixação de médicos no concelho. A proposta passa por reconverter um antigo edifício de saúde da Baixa da Banheira em habitação com rendas acessíveis destinada a profissionais do setor.

"Somos dos municípios com a menor taxa de cobertura de médicos de família", alerta Carlos Albino, justificando a iniciativa com a necessidade de atrair profissionais para uma região onde os elevados custos da habitação dificultam a sua fixação.

O investimento está estimado entre um e dois milhões de euros e poderá permitir alojar cerca de uma dezena de agregados familiares, consoante a configuração das habitações. O presidente pretende inscrever uma verba no próximo orçamento municipal para avançar com a elaboração do projeto. ■

Alcácer do Sal investe dois milhões na estabilização da encosta do castelo

A verba aprovada pelo município destina-se à primeira fase da intervenção, que permitirá preparar a reabertura das estradas de Santa Luzia e do Miradouro da Encosta, encerradas devido ao risco de deslizamentos.

A CÂMARA de Alcácer do Sal aprovou uma alteração orçamental de cerca de dois milhões de euros para financiar a primeira fase da estabilização da encosta do castelo, com o objetivo de restabelecer a circulação nas estradas de Santa Luzia e do Miradouro da Encosta.

A intervenção pretende recuperar as ligações entre as zonas alta e baixa da cidade, facilitando os acessos ao bairro da Graça e à escola secundária. Está em elaboração o projeto de execução, depois da realização de estudos geológicos e geotécnicos e de um levantamento topográfico.

Numa declaração divulgada pelo município, o vice-presidente da autarquia, António José Grilo, classificou esta como uma das «intervenções mais complexas» enfrentadas pelo executivo. A verba aprovada deverá permitir avançar com a primeira fase «no curto prazo», embora o autarca reconheça os constrangimentos técnicos da operação. «Não conseguimos impor aquilo que seria a nossa vontade, face àquilo que é a complexidade da intervenção», afirmou.

Numa segunda fase, o município pretende estabilizar toda a encosta, numa operação considerada essencial para garantir a segurança de pessoas e bens, em particular no bairro da Graça.

Os trabalhos surgem na sequência dos sucessivos deslizamentos de terra provocados pelo mau tempo desde fevereiro. Nesse mês, o Exército instalou cerca de 90 metros de barreiras de contenção para reduzir o risco de derrocadas sobre a estrada e as habitações situadas na base do talude.

Em julho, a autarquia solicitou ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) uma avaliação da vegetação, na sequência de um relatório do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) que apontava para a necessidade de desmatação parcial da encosta, de forma a permitir a realização de estudos geotécnicos. ■

TEXTO DAVID MARCOS

Grândola reforça apoio a dez IPSS com investimento de 485 mil euros

A CÂMARA de Grândola assinou protocolos de colaboração com 10 Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do concelho, num valor global de cerca de 485 mil euros. No conjunto dos apoios regulares e extraordinários, o investimento municipal nestas instituições ascende a 653 mil euros em 2026.

De acordo com uma nota enviada pelo município à redação do Semmais, os protocolos foram estabelecidos após um "processo de negociação exigente e prolongado", durante o qual foram analisadas as necessidades das instituições e as condições dos apoios financeiros.

O financiamento agora protocolado representa um aumento de 141 mil euros face a 2025, ano em que os apoios municipais rondaram os 344 mil euros. A este montante juntam-se cerca de 168 mil euros em verbas extraordinárias, atribuídas ao longo de 2026 para responder a necessidades específicas das instituições.

No total, o investimento da autarquia nas IPSS do concelho atinge, assim, aproximadamente 653 mil euros este ano, com o objetivo de reforçar os meios disponíveis para assegurar as respostas sociais.

A Câmara de Grândola considera que esta colaboração é fundamental para a "sustentabilidade da sua atividade" e para garantir a "continuidade dos serviços essenciais que prestam à comunidade". ■

TEXTO DAVID MARCOS

Novo posto da GNR em Melides abre com falta de efetivos

A nova infraestrutura representou um investimento municipal de cerca de 230 mil euros. O presidente Luís Vital considera fundamental reforçar os meios da GNR no concelho, para responder às necessidades da população.



IMAGEM DR

MELIDES já tem um novo Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana (GNR), numa obra promovida pela Câmara de Grândola, que investiu cerca de 250 mil euros.

A abertura das instalações, que era uma antiga reinvidicação da população, vai melhorar as condições de atendimento na freguesia, mas não resolve uma das principais preocupações do município, a escassez de militares para assegurar o policiamento de proximidade.

«Este posto depende do efetivo do Posto Territorial de Grândola, portanto temos menos de 30 efetivos e esse é um problema que urge resolver», afirmou Luís Vital, presidente da Câmara de Grândola, durante a inauguração do equipamento ocorrido a semana passada.

Na ocasião, o autarca salientou prioridades no domínio da segurança, começando pelo reforço dos guardas em todo o concelho. "A falta de efetivos condiciona a capacidade de resposta num território extenso, onde a distribuição dos meios policiais constitui um desafio permanente", disse ao Semmais.

A nova infraestrutura pretende aproximar a GNR da população e proporcionar melhores condições de atendimento. No entanto, o posto iniciou atividade com apenas um militar em permanência, sem que tenha ocorrido um reforço global dos efetivos destacados para o concelho.

MAIS MEIOS PARA GARANTIR SEGURANÇA

Recorde-se que o presidente do município tem defendido publicamente a necessidade de reforçar os recursos humanos e materiais da GNR em Grândola, um território com mais de 800 quilómetros quadrados. Em setembro, após uma reunião com o comando territorial, o autarca alertou para as limitações provocadas pela escassez de militares e para a dificuldade em assegurar um patrulhamento de proximidade capaz de responder às necessidades do concelho.

Nessa ocasião, o presidente da Câmara sublinhou que a autarquia já contribui para melhorar as condições de trabalho dos militares, nomeadamente através da disponibilização de alojamento, e anunciou que estava em curso a aquisição de uma viatura para reforçar a capacidade de patrulhamento do posto de Grândola.

A abertura das novas instalações de Melides constitui, segundo o autarca "um passo importante para melhorar as condições de atendimento e a presença institucional da GNR na freguesia". Contudo, a capacidade de resposta no terreno continuará dependente da disponibilidade de efetivos e da sua distribuição pelo território.

A questão ganha particular relevância numa freguesia que abrange uma área de cerca de 155 quilómetros quadrados e aproximadamente 1.460 habitantes, segundo os dados divulgados pela GNR.

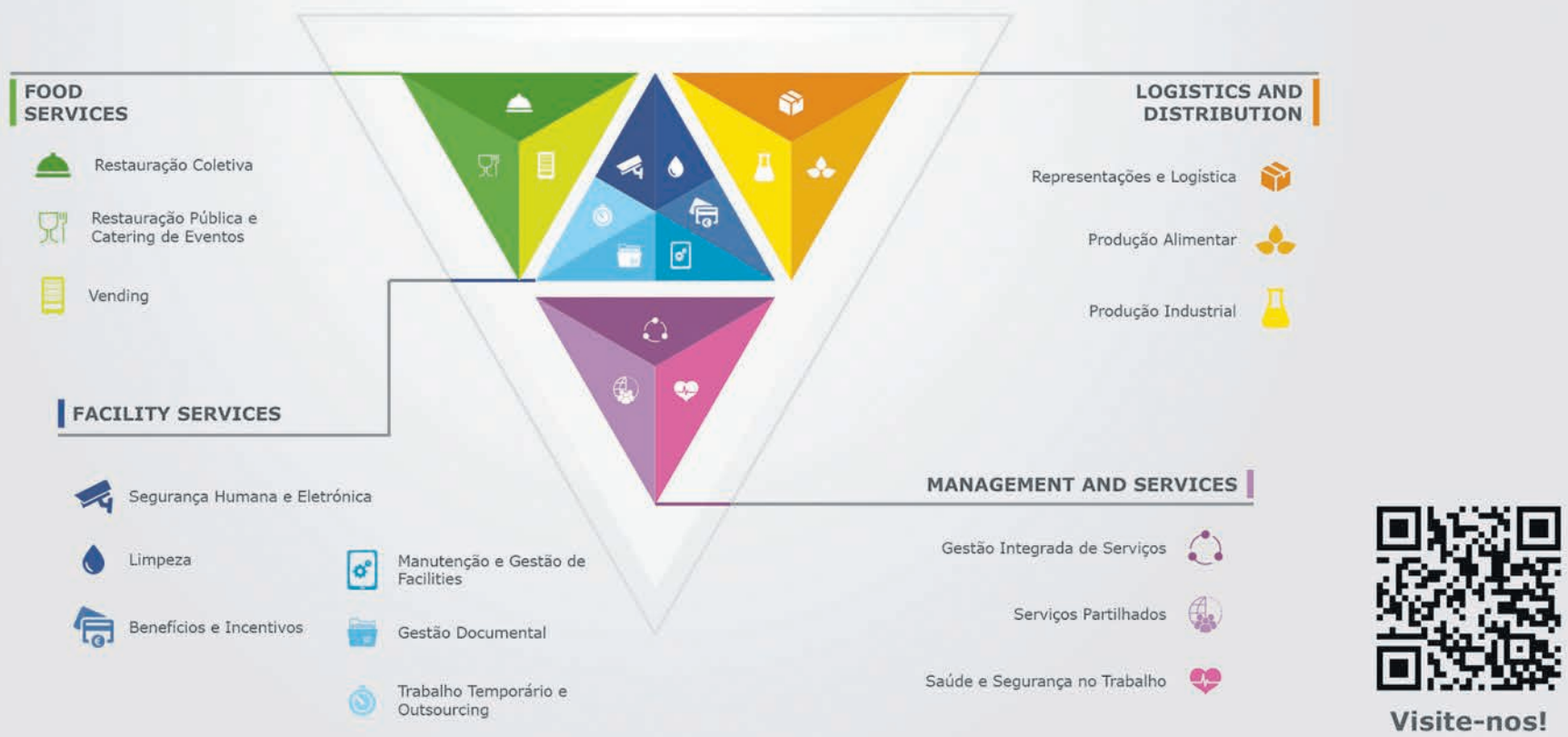
A expectativa do município e da população passa agora por garantir que o investimento realizado se traduza numa presença policial efetiva e regular, capaz de reforçar a prevenção, a proximidade e a segurança das pessoas e dos seus bens. ■

TEXTO **ANABELA VENTURA**

PUBLICIDADE

TRIVALOR
Servimos bem-estar.
www.trivalor.pt

SINAL MAIS · gertal · ilau · SERDIAL VENDING · Sogenave · cafés FEB
STRONG CHARON · iberlim · ticket Serviços · AEMPORARIA · STEAM CONSULTING · B2B



Visite-nos!

EFFS CELEBRA UM QUARTO DE SEÉCULO A CRESCER MAS COM FALTA DE APOIOS

Escola de Futebol Feminino estreia-se na II Divisão com orçamento limitado

TEXTO DAVID MARCOS

O clube conta com cerca de 80 atletas, entre a formação e a equipa sénior, que subiu ao segundo escalão nacional após terminar a última época no segundo lugar da III Divisão. A escassez de financiamento continua a ser o principal obstáculo.



IMAGEM DR

A ESCOLA de Futebol Feminino de Setúbal (EFFS) assinala 25 anos de atividade com cerca de 80 atletas, distribuídas pelos escalões de formação e pela equipa sénior, que esta época compete na II Divisão Nacional. A subida representa um novo desafio desportivo para o clube, que procura consolidar o seu percurso num contexto marcado pela escassez de apoios financeiros.

Em entrevista ao Semmais, a presidente, Sara Nunes, atribui o crescimento da escola ao trabalho de captação de jovens jogadoras e ao desempenho da equipa principal, que terminou o último campeonato da III Divisão no segundo lugar. A classificação permitiu ao clube aceitar o convite para disputar o escalão superior, na sequência da desistência do Damaiense.

"A competição na II Divisão é mais um desafio para a nossa equipa, que está a ser encarado com muita responsabilidade e muito trabalho", afirma a dirigente. A ambição de competir ao melhor nível não esconde, porém, as dificuldades financeiras. "Sabemos que vai ser uma época difícil, porque temos um orçamento muito mais restrito do que a maioria das nossas adversárias", reconhece, garantindo que a equipa mantém "muita vontade de mostrar bom futebol" e de alcançar os melhores resultados possíveis.

A falta de financiamento é, aliás, a principal preocupação da EFFS. "A modalidade tem crescido imenso, mas isso não se reflete nos apoios existentes", lamenta Sara Nunes. Perante as exigências acrescidas da II Divisão, a dirigente considera essencial assegurar «uma gestão muito cuidada e muito responsável», de forma a cumprir todos os compromissos assumidos pelo clube.

Nas instalações desportivas, a presidente destaca o apoio "fundamental" da câmara de Setúbal. A equipa sénior treina e disputa os jogos no Complexo Municipal de Setúbal, no Vale da Rosa, que a dirigente considera reunir as melhores condições do concelho. Os escalões de formação treinam no Campo Fernando Tomé, na Várzea, e realizam os encontros nos campos municipais.

PERCURSO MARCADO PELA FORMAÇÃO DE ATLETAS

O balanço dos 25 anos de atividade é "muito positive". Sara Nunes recorda o papel pioneiro da escola na formação exclusivamente feminina, numa modalidade tradicionalmente dominada pelos homens. Entre os motivos de orgulho estão os percursos de antigas atletas que chegaram a equipas profissionais e às seleções nacionais, como Patrícia Martins, na seleção sénior, e Nair Pina, cujo desempenho nos escalões jovens merece igualmente destaque.

A ligação de Sara Nunes à EFFS começou quando a filha manifestou vontade de jogar futebol. Acompanhou-a nos treinos e jogos e, mesmo depois de a jovem ter deixado a modalidade, permaneceu no clube. É dirigente há sete anos e presidente há seis, numa relação que evoluiu de um acompanhamento familiar para um "compromisso pessoal" com a instituição.

O futuro passa por continuar a proporcionar às jovens do distrito formação de qualidade, num ambiente em que se sintam "motivadas e apoiadas" para representar a escola. Ao mesmo tempo, pretende manter a competitividade da equipa sénior, procurando "os melhores resultados possíveis" e honrando o nome do clube e da cidade. ■



IMAGEM DR

Miguel Oliveira já tem os olhos postos em 2027

Após terminar a primeira temporada no Mundial de Superbike, o piloto almadense mostra-se entusiasmado com o futuro e quer voltar a colocar a BMW nos lugares cimeiros da competição.

MIGUEL OLIVEIRA terminou a sua temporada de estreia no Mundial de Superbike (WorldSBK) com os olhos postos em 2027. Depois da última ronda do campeonato, disputada em Jerez, Espanha, o piloto português manifestou vontade de iniciar rapidamente a preparação da próxima época, na qual continuará a representar a ROKiT BMW Motorrad WorldSBK Team.

"Estou muito entusiasmado para começar a testar e começar a trabalhar no futuro", afirmou nas redes sociais, após um fim de semana em que o décimo lugar foi o seu melhor resultado nas três corridas. "Espero que o ano que vem nos dê mais alegrias e que consigamos trazer esta moto de novo ao topo", acrescentou.

Na classificação geral, o antigo piloto de MotoGP terminou na 11.ª posição, com 142 pontos e quatro pódios conquistados ao longo da temporada. O percurso ficou condicionado por uma lesão no ombro, sofrida numa queda no circuito de Balaton Park, na Hungria, que o afastou das rondas de Most e Aragão, em maio e junho.

Apesar das dificuldades, o corredor almadense terminou à frente do companheiro de equipa Danilo Petrucci, que somou 61 pontos, numa época igualmente marcada por problemas físicos.

Confirmada a sua continuidade na estrutura oficial da BMW, o piloto considera que a atual parceria assenta na confiança e na ambição partilhada de alcançar melhores resultados. "Lançámos as bases esta temporada, mas acredito que o melhor ainda está para vir", afirmou numa nota divulgada pela equipa.

Também Shaun Muir, diretor da ROKiT BMW Motorrad WorldSBK Team, acredita numa evolução competitiva. "Ainda há muito potencial por explorar com Miguel e a BMW M 1000 RR e, com mais uma temporada de experiência, acreditamos que podemos dar outro passo em frente", salientou.

O mesmo responsável destacou ainda o compromisso e o profissionalismo demonstrados pelo português ao longo da temporada, considerando que a continuidade do trabalho conjunto permitirá à equipa voltar a lutar pelos lugares da frente.

Já Sven Blusch, responsável da BMW Motorrad Motorsport, salientou a rápida adaptação de Oliveira à nova realidade competitiva, recordando os três pódios conquistados em Portimão. "Estamos convencidos de que podemos alcançar grandes feitos juntos", afirmou. ■

TEXTO DAVID MARCOS

PUBLICIDADE



"ENTROPIA DO SER" TRANSFORMA CAOS NUMA MENSAGEM DE ESPERANÇA

Palmela recebe última viagem da DançArte pelo tempo e pela memória

A DançArte encerra o ciclo ATEMPO com uma criação sobre o tempo, a desordem e a condição humana. O espetáculo está em cena no Cine-Teatro S. João até sábado.

TEXTO DAVID MARCOS



IMAGEM DR

A PASSAGEM do tempo, a desordem e a procura de um futuro mais esperançoso estão no centro de "Entropia do Ser", a nova criação da DançArte, em Palmela. O espetáculo encerra o ciclo ATEMPO, desenvolvido ao longo de dois anos em torno da memória e do tempo, introduzindo a entropia como conceito central da quarta e última proposta.

"Tem sido um desafio passar este conceito para o corpo e para a estética do espetáculo", explica ao Semmais Sofia Belchior, responsável pela coreografia. Proveniente da física, a entropia está associada à desordem, ao caos e à dispersão, ideias que a equipa procurou traduzir através da dança e da música. Na perspetiva da coreógrafa, a passagem do tempo conduz à perda e à desintegração, processos que as ações do quotidiano procuram contrariar.

Em vez de conduzir esta reflexão a um desfecho sombrio, os criadores optaram por uma abordagem mais otimista. "Decidimos criar um final que é mais esperançoso", afirma Sofia Belchior, que vê no espetáculo uma oportunidade para questionar a inevitabilidade da passagem do tempo e propor outra forma de viver, "mais preocupados com o ser do que o parecer". A intenção é levar o público a refletir sobre a condição humana e as escolhas do quotidiano.

"Entropia do Ser" dá continuidade a "Arquitetura da Demora" e "Substância do Ser", apresentadas em 2025, e a "Arquitetura do Vagar", que passou pela Igreja de Santiago, em agosto deste ano. As quatro criações cruzam dança, música e reflexão filosófica, sob conceito e direção de Sofia Belchior e António Machado, também responsável pela composição musical.

O balanço do ciclo é positivo, segundo Sofia Belchior, que destaca o interesse crescente do público e o envolvimento da equipa. "Este ciclo já deixou saudades", confessa. Houve espectadores que acompanharam todas as criações, enquanto outros foram descobrindo o projeto ao longo do percurso. No sábado, após o espetáculo, está prevista uma conversa aberta com o público sobre as opções artísticas da criação.

Fotografia preserva a memória do ciclo

O encerramento do ATEMPO é também assinalado pela exposição "A Memória do que Está para Vir", patente no Cine-Teatro S. João até 29 de novembro, com entrada gratuita. Da autoria de Carlos Teixeira, fotógrafo residente da companhia, a mostra reúne retratos concebidos especificamente para a exposição, em vez de imagens dos espetáculos ou dos ensaios.

"A dança é extremamente efémera", recorda Sofia Belchior, sublinhando o papel da fotografia na preservação de uma arte cuja existência se esgota em cada apresentação. Neste caso, as imagens foram pensadas para perpetuar a memória do percurso artístico do ATEMPO.

A DançArte tem já novas ideias em desenvolvimento, mas o avanço de um próximo ciclo depende da definição dos apoios estatais. ■

Shakespeare questiona a justiça e o abuso de poder em Almada

A peça "Medida por Medida", encenada por Ignacio García, está em cena no Teatro Joaquim Benite até 29 de novembro. A partir de uma Viena governada pela hipocrisia e pela arbitrariedade, o espetáculo interpela também a sociedade contemporânea.

A JUSTIÇA, o abuso de poder e a desigualdade de critérios estão no centro de "Medida por Medida", de William Shakespeare, que sobe ao palco do Teatro Joaquim Benite, em Almada, até 29 de novembro. Com encenação de Ignacio García, que regressa à Companhia de Teatro de Almada, o espetáculo propõe uma reflexão sobre a forma como o poder julga os cidadãos e sobre os critérios que orientam essas decisões.

Na peça, Ângelo assume o governo de Viena durante a ausência do duque e condena Cláudio à morte por ter violado as regras do casamento. Quando Isabela tenta salvar o irmão, o governante exige-lhe a virgindade em troca da sua vida. A chantagem desencadeia um plano que expõe a hipocrisia de quem aplica a lei, mas não respeita os princípios que diz defender.

Em declarações ao Semmais, Ignacio García identifica a justiça como o tema central da obra e questiona se ricos e pobres são julgados pelos mesmos critérios. Numa democracia participativa como a atual, sustenta o encenador, os cidadãos não devem limitar-se a obedecer, mas antes questionar e exigir respostas. "O povo não deve obedecer, mas perguntar, exigir, reclamar uma justiça mais justa, mais equânime", defende, estabelecendo uma ponte entre a peça, escrita no início do século XVII, e os desafios do presente.

A reflexão estende-se às relações sociais e ao papel das



IMAGEM DR

redes sociais, onde os julgamentos se multiplicam e uma simples reação pode funcionar como um veredicto sobre os outros. "É criar um sistema muito perverso, um sistema muito sofisticado", alerta García, chamando a atenção para uma sociedade em que os próprios cidadãos participam cada vez mais na vigilância e avaliação mútua.

A encenação traduz estas desigualdades através de dois espaços distintos: um plano superior, ocupado pelos governantes que ditam as leis, e outro inferior, associado à população que suporta as consequências das decisões políticas. No final, alguns atores integram-se na plateia, aproximando o público das questões levantadas pelo texto e envolvendo-o na reflexão proposta pelo espetáculo.

Habitualmente classificada entre as comédias de Shakespeare, "Medida por Medida" resiste, na leitura de Ignacio García, a uma definição tão simples. O encenador descreve-a como uma comédia "muito negra, muito amarga", atravessada também por uma dimensão trágica.

Com tradução de Fernando Villas-Boas e versão de José Gabriel Antuñano, a produção conta com André Pardal, Ana Cris, Duarte Grilo, Duarte Guimarães, João Cabral, João Didelet, José Redondo, Maria João Falcão, Marina Albuquerque e Pedro Walter no elenco. ■

TEXTO DAVID MARCOS

Festival de Clarinete celebra legado do maestro António Menino

A sexta edição do festival reúne solistas nacionais e internacionais, duas bandas e jovens músicos, com concertos gratuitos e formação especializada.

O FESTIVAL Internacional de Clarinete António Menino regressa esta sexta-feira e sábado a Alcochete, com solistas nacionais e internacionais, professores e duas bandas. Na sexta edição, o encontro mantém a aposta na formação de jovens músicos e na dinamização cultural do concelho, perpetuando a memória do maestro que lhe dá nome.

"Desde o início, o objetivo foi sempre dar um bocadinho de vida cultural à nossa terra, tendo a oportunidade de celebrar o nosso instrument", explica ao Semmais o diretor artístico, Tiago Menino. O clarinetista recorda que o projeto nasceu em 2021, da vontade de criar em Alcochete um evento dedicado ao clarinete, capaz de articular formação, concertos e participação da comunidade.

O concerto de abertura realiza-se esta sexta-feira, às 21h30, no Auditório Maestro António Menino, com a Banda Sinfónica da PSP, dirigida por Pedro Ferreira, e os solistas António Saiote, Paolo Beltramini e Tiago Menino. No sábado, às 18h30, é a vez da Banda de Alcochete, sob a direção de Alberto Roque, acompanhada pelos clarinetistas Nuno Silva, Sérgio Pires, Tiago Abrantes e Tiago Menino. Ambos os espetáculos têm entrada gratuita, mediante levantamento de bilhete no Fórum Cultural.

A componente pedagógica inclui masterclasses com cinco professores convidados, na Sociedade Imparcial 15 de Janeiro. A seleção dos formadores procura assegurar «o máximo de qualidade» na aprendizagem, privilegiando músicos de reconhecido prestígio. Entre eles está António Saiote, presente desde a primeira edição, numa programação que conjuga convidados habituais com novas participações.



IMAGEM DR

A adesão do público e dos participantes confirma, segundo Tiago Menino, a consolidação do festival. As inscrições nas masterclasses esgotaram em menos de 24 horas e os concertos têm registado salas cheias. "Foi um festival que foi ganhando o seu espaço com o passar dos anos", afirma o diretor artístico, considerando que a resposta do público deixou de ser uma preocupação para a organização.

A homenagem a António Menino, falecido em 2024, está no centro da iniciativa. Pai do atual diretor artístico e figura marcante da cultura de Alcochete, o maestro partilhava com o filho o desejo de criar um evento dedicado ao clarinete na terra onde ambos nasceram e cresceram. Dar o seu nome ao festival representa, reconhece Tiago Menino, uma responsabilidade acrescida.

"Pensamos muito em como é que ele reagiria ou como é que ele enfrentaria esta situação", confessa, referindo-se às decisões que a organização tem de tomar. O objetivo passa por "manter uma memória muito viva", sem deixar de fazer evoluir o projeto. "Não nos acomodarmos com o que conseguimos" é, sublinha, uma ambição renovada em cada edição. ■

TEXTO **DAVID MARCOS**

Rita Rilhó transforma brincadeira no livro "O Monstro dos Beijinhos"

UM MONSTRO solitário que procura carinho e uma menina corajosa que decide conhecê-lo dão vida a "O Monstro dos Beijinhos", o primeiro livro infantil de Rita Rilhó. A história nasceu de uma brincadeira com a filha, Ema, num dia em que a menina estava mais tristonha.

"Disse-lhe que ia chamar o monstro dos beijinhos e ela respondeu: o monstro dos beijinhos é uma coisa má. Foi então que a enchi de beijinhos. A partir desse dia, quando estava triste, pedia-me para chamar o monstro dos beijinhos", recorda a autora. A ideia surgiu, explica, da associação habitual da palavra "monstro" a algo negativo, que quis contrariar através de uma personagem capaz de transmitir afeto.

Na história, uma menina decide procurar o monstro para tentar compreendê-lo. Do encontro nasce uma amizade inesperada, que desafia preconceitos e mostra que nem tudo é o que parece. "É uma história que procura mostrar que a amizade está onde menos esperamos, só precisamos tentar", sublinha Rita Rilhó.

Depois de dar forma à ideia, a autora decidiu enviar o manuscrito à Meialonga, chancela editorial da Cordel de Prata. A proposta foi aceite e deu origem a um contrato de publicação. "Contei com o apoio da minha família e dos meus amigos, que ficaram todos muito contentes com esta minha nova aventura", revela.

Aos 38 anos, Rita Rilhó é professora do 1.º ciclo do ensino básico. Natural de Setúbal, reside nas Lagameças, no concelho de Palmela. Embora a ideia já existisse há bastante tempo, o projeto permaneceu na gaveta até ao ano passado, quando decidiu avançar com a publicação da primeira obra.

"Demorei, mais ou menos, dois meses a preparar o livro, com algumas pausas pelo meio", conta. O processo editorial e de conceção gráfica acabou por exigir mais tempo. As ilustrações tiveram como ponto de partida alguns esboços da própria autora, que confessa gostar também de pintar e desenhar. A versão publicada conta com ilustrações de Caroline Peres e Bronze Juck.

Com 40 páginas coloridas, "O Monstro dos Beijinhos" destina-se a crianças dos três aos seis anos. ■

TEXTO **ANTÓNIO LUÍS**

Agenda



"O MARIDO DO MEU MARIDO!"

O Teatro Independente de Oeiras apresenta, no Fórum Cultural, uma comédia centrada em Natália, uma jovem que dirige uma empresa de produção de biscoitos da sorte e que descobre estar envolvida numa relação a três.

Moita
31 de outubro, às 16h00 e às 21h30



"ANOS 80/90: SONS QUE MARCAM GERAÇÕES"

A Banda Filarmónica da Academia Musical União e Trabalho propõe uma viagem musical às décadas de 80 e 90, num concerto que recupera temas marcantes da memória de várias gerações.

Montijo
31 de outubro, às 21h30



"AFTERNOON OF CHAOS"

Dedicado à celebração do thrash metal nacional, o evento reúne no Cine Incrível Suicide Society, Awen e Viledog, três bandas portuguesas que representam diferentes gerações e abordagens ao género.

Almada
1 de novembro, às 16h30



"BRANDOS COSTUMES"

O Fórum Luísa Todi recebe mais uma sessão do Ciclo de Cinema Português, dedicada à exibição desta obra de Alberto Seixas Santos. O filme explora a decadência dos valores tradicionais e os conflitos geracionais, numa crítica ao regime do Estado Novo.

Setúbal
2 de novembro, às 21h00

EDITORIAL
RAUL TAVARES
DIRETOR

A esperança não está derrotada

Há momentos em que o mundo parece caminhar no sentido contrário da liberdade. A extrema-direita ganha terreno, o discurso do ódio banaliza-se, os populismos exploram os medos e a democracia é tratada, por alguns, como um obstáculo em vez de uma conquista. Mas a história não é uma estrada de sentido único. E os acontecimentos dos últimos dias lembram-nos que a esperança continua viva.

No Brasil, Lula da Silva venceu a disputa presidencial e garantiu um novo mandato, derrotando Flávio Bolsonaro. Uma vitória apertada, num país profundamente dividido, mas que demonstra que o regresso da direita radical ao poder não é inevitável. Na Sérvia, foram os estudantes, mobilizados contra a corrupção e o autoritarismo, que protagonizaram uma mudança política histórica, mostrando que uma geração tantas vezes acusada de indiferença pode transformar a indignação em participação cívica e política.

Também em Israel se abrem possibilidades de mudança. As eleições deixaram o campo da oposição em vantagem nas projeções iniciais, mas sem uma maioria clara, num país marcado pela guerra, pela insegurança e por profundas divisões. Não há ainda uma vitória definitiva de uma alternativa política, mas existe a possibilidade de um novo ciclo.

Seria errado confundir estas realidades ou presumir que todas representam uma vitória da esquerda. O que as aproxima é outra coisa: a demonstração de que o poder não é eterno, de que os cidadãos não estão condenados à resignação e de que a democracia conserva mecanismos para contrariar tendências autoritárias.

A esquerda democrática tem, contudo, uma responsabilidade acrescida. Não basta denunciar a extrema-direita, apontar os perigos do nacionalismo agressivo ou defender os valores de Abril. É preciso apresentar soluções para os problemas concretos das pessoas: salários, habitação, saúde, educação, segurança e igualdade de oportunidades. Sem respostas credíveis, a esperança transforma-se facilmente em desilusão, e a desilusão continua a ser um dos terrenos mais férteis para os radicalismos.

A democracia não se salva apenas nas urnas. Constrói-se todos os dias, na liberdade de imprensa, no respeito pelas instituições, na defesa dos direitos humanos e na capacidade de reconhecer a dignidade de quem pensa diferente. E exige que os democratas não respondam ao ódio com outro ódio, nem à intolerância com novas intolerâncias.

Num tempo em que tantos anunciam o declínio dos valores democráticos, talvez a principal lição destes acontecimentos seja simples: não há inevitabilidades políticas. A esperança não é ingenuidade, nem se confunde com triunfalismo. É a convicção de que vale a pena participar, lutar por sociedades mais justas e recusar que o medo seja a única linguagem da política.

Porque a democracia pode estar ameaçada, mas nunca deve ser dada como perdida.



CARLOS CARDOSO
GESTOR

SETÚBAL, A "CIDADE VERMELHA" DE OUTRORA, QUE PARECE TER FICADO EM SILÊNCIO

Não acham estranho que Setúbal, uma cidade que já foi apelidada de «cidade vermelha», esteja hoje tão silenciosa perante um problema que afecta milhares de portugueses?

Nos últimos tempos, voltámos a ouvir expressões que me fazem recuar algumas décadas, aos tempos do PREC: «assembleias populares», «Casas Sim, Barracas Não» e palavras de ordem contra a repressão. Vemo-las noutras cidades, ouvimos falar de manifestações e de jovens que saem à rua para exigir respostas. E Setúbal? Parece que por aqui está tudo bem. Mas será mesmo assim?

Claro que não.

Basta conversar com os nossos jovens para perceber que enfrentam as mesmas dificuldades dos que vivem em Lisboa, no Porto ou noutras cidades do país. Trabalham, estudam e procuram construir o seu futuro, mas deparam-se com rendas incomportáveis e preços de casas que não conseguem pagar. Para muitos, sair de casa dos pais deixou de ser uma etapa natural da vida e passou a ser um sonho adiado, sem data marcada.

O que me causa estranheza é o silêncio que se sente em Setúbal. E, para o compreender, julgo que temos de olhar para trás.

Durante cerca de 23 anos, a CDU teve responsabilidades na governação do município de Janeiro 2002 a outubro de 2025. Foram mais de duas décadas em que a habitação acessível não recebeu a resposta que merecia. Faltou uma política capaz de antecipar as necessidades das novas gerações e criar alternativas para os jovens e as famílias com menos recursos. A construção de habitação municipal a preços acessíveis ficou muito aquém do que seria necessário ou foi mesmo nula.

A crise da habitação não nasceu em Setúbal, nem pode ser atribuída exclusivamente à Câmara Municipal. As responsabilidades distribuem-se por diferentes governos, políticas públicas e decisões tomadas ao longo dos anos. Seria injusto ignorá-lo.

Mas também seria desonesto fingir que duas décadas de governação municipal não tiveram peso na situação a que chegámos. Quem governa tem a obrigação de antecipar problemas, definir prioridades e encontrar soluções. E a habitação deveria ter sido uma delas.

É precisamente por isso que estranho a falta de mobilização que agora se verifica. Conhecemos bem a tradição de intervenção política da CDU e sabemos que, noutras circunstâncias, os seus militantes e apoiantes estão entre os primeiros a organizar protestos e a sair à rua. Desta vez, porém, a voz parece muito mais baixa.

Será coincidência? Ou será que a história da governação local torna este assunto particularmente incómodo?

Confesso que também fiquei surpreendido com a adesão modesta à manifestação pela habitação realizada em Setúbal na sexta-feira, 23 de outubro, que nem sequer foi organizada pela CDU, foi o Movimento Resgatar Setúbal. Perante a dimensão do problema, esperava-se uma participação mais expressiva. A comparação com a mobilização registada noutros acontecimentos recentes na cidade, incluindo a manifestação LGBT+, dá que pensar. Não está em causa a legitimidade de qualquer causa, mas a dificuldade em mobilizar pessoas para uma questão que condiciona o futuro de tantos jovens.

Noutros pontos do país, houve iniciativas, protestos e assembleias populares. Em Lisboa e no Porto, os movimentos cívicos procuraram levar a discussão para a rua. Em Aveiro, Braga e Coimbra, também se promoveram espaços de participação.

E Setúbal, que tantas vezes fez ouvir a sua voz, parece resignada.

Não acredito que os setubalenses estejam satisfeitos. Acredito, isso sim, que muitos estarão cansados, descrentes ou convencidos de que nada mudará. E essa é talvez a parte mais preocupante.

Uma cidade não pode viver apenas das memórias das suas lutas, nem da cor política que a marcou durante décadas. Tem de ser capaz de olhar para o passado, reconhecer os erros e perceber o que ficou por fazer.

E talvez seja aqui que esteja uma das razões para o silêncio que hoje se sente em Setúbal. Durante cerca de 23 anos, quem governou a cidade não teve a visão de futuro necessária para perceber que a habitação seria um dos maiores problemas das novas gerações. Faltou antecipar as dificuldades, criar alternativas e dar aos nossos jovens a possibilidade de construir aqui as suas vidas.

Agora, quando esses jovens enfrentam rendas incomportáveis e não conseguem sair de casa dos pais, seria de esperar que a cidade se levantasse. Mas quem, noutras ocasiões, esteve na linha da frente das manifestações parece ter perdido a voz perante um problema para o qual também contribuiu a sua própria governação.

Será este silêncio um acaso? Ou será mais fácil protestar contra os erros dos outros do que reconhecer os que também se cometeram?

A habitação não tem cor partidária. Tem pessoas, famílias e jovens que merecem uma oportunidade.

Setúbal já foi uma cidade que não se calava perante as injustiças. É pena que quem teve responsabilidades na sua governação não tenha tido a mesma capacidade de antecipação para defender o futuro dos seus jovens. Talvez seja por isso que hoje, perante um problema tão grave, se ouça tão pouco quem tantas vezes fez questão de se fazer ouvir.

Setúbal precisa de recuperar a voz. Não para defender este ou aquele partido, mas para exigir aquilo a que os seus habitantes têm direito, a possibilidade de viver, trabalhar e construir aqui o seu futuro.

semmais / Ficha Técnica

Diretor **Raul Tavares** / Redação, **Anabela Ventura, António Luís, Cristina Martins, David Marcos, José Bento Amaro** / Coordenação Comercial **Cristina Almeida** / Direção de arte **Pedro Frade** / Design e paginação **Arlinda Correia** / Serviços Administrativos e Financeiros **Mila Oliveira** / Distribuição VASP e Maiscom, Lda / Propriedade e Editor **Maiscom Edição e Publicações, Unipessoal**, Lda; NIPC 513 409 246 / Capital Social **Raul Manuel Tavares Pereira** (100%) / Redação Largo José Joaquim Cabecinha nº8-D, (traseiras da Av. Bento Jesus Caraça) 2910-564 Setúbal. E-mail: publicidade.semmais@mediasado.pt; Semmaisjornal@gmail.com / Telefone: 93 53 88 102 / Impressão Empresa Gráfica LUSOIBÉRIA, Av. da República, nº 6, 1050-191 Lisboa / Tiragem 20.000 (média semanal) / Reg. ICS: 123090. Depósito Legal; 123227/98 / **semmais**.pt / /jornalsemmais

DOCÊNCIA - PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE



ARTUR VAZ
ESCRITOR

Há um cansaço na nossa docência que muito poucas pessoas compreendem.

O professor, figura central no processo educativo, trabalha todos os dias sob dezenas de olhares postos em si, perante uma intensa avaliação social.

o sentirem-se observados, avaliados ou interpretados por outros, aumenta no cérebro a vigilância e a autorregulação emocional.

Digamos que não é apenas dar uma aula; é explicar, observar, decidir, gerir comportamentos, responder a perguntas, ler expressões, conter emoções e, ao mesmo tempo, continuar disponível perante tudo isto.

Por isso, muitos professores não chegam às férias apenas cansados do seu importante trabalho pedagógico, mas também por estarem permanentemente a ser o alvo de diversas situações.

Quando as férias começam, a ausência desses olhares pode provocar uma coisa curiosa: primeiro, um certo alívio; depois, o vazio e, muitas vezes, a fadiga que finalmente aparece.

O corpo e a própria mente, que passaram meses em modo de resposta, percebem agora que não precisam de estar sempre prontos a agir.

A melhor imagem dessa realidade de recuperação é como algo silencioso depois de muito ruído.

Efetivamente, não é a ausência de vida, mas sim a sedimentação de forças para a sua missão de sacerdócio.

Eu compreendo, e por isso aprecio os professores que fazem comunicações e investem em formações com o intuito de obter mais-valias.

Ensinar é uma das profissões mais belas. É a forma mais intensa de lançar, continuamente, sementes na transformação e valorização de uma sociedade desassociada de valores sociais e morais.

Um professor tem de saber intervir nas necessidades de cada aluno, motivar e ter como prioridade ajudar a superar os desafios. Mais do que isso, deve ser o mentor e líder do aluno, encetar formas de o enriquecer no aspeto educacional e intelectual para um futuro de sucesso na sua vida.

Por tudo isto, o papel do professor tem de ser mais respeitado e valorizado, tanto num desenvolvimento sustentável no aspeto financeiro como numa carreira atrativa.

Direi mesmo que os professores devem ser, inquestionavelmente, considerados como Património da Humanidade.

PORQUE RAZÃO PORTUGAL DEVE COMEMORAR O ANO DE 2028



PAULO FREITAS DO AMARAL
PROFESSOR, HISTORIADOR E AUTOR

Portugal é uma das mais antigas nações da Europa, mas continua a viver com uma curiosa indefinição quando se trata de identificar o seu verdadeiro momento fundador. Entre tratados diplomáticos, reconhecimentos pontifícios e proclamações régias, dilui-se frequentemente o essencial: o instante em que nasce um poder político autónomo, consciente de si e capaz de se impor no território. Esse instante tem data, lugar e significado claros. O dia 24 de junho de 1128 deve ser entendido como o Dia Um de Portugal, e o ano de 2028 como o momento simbólico e histórico adequado para o país assumir, com maturidade, essa evidência.

Nesse dia, no campo de São Mamede, junto a Guimarães, não se travou apenas uma batalha entre facções familiares ou interesses senhoriais. O que ali se decidiu foi a rutura prática e irreversível com a tutela política do reino de Leão sobre o espaço portucalense. A vitória de Afonso Henriques sobre as forças que apoiavam a sua mãe, D. Teresa, e os interesses galegos que a rodeavam, significou a tomada efetiva do poder por uma liderança nascida e enraizada no território. A partir desse momento, o Condado Portucalense deixou de ser governado por delegação externa e passou a ser conduzido por um projeto político próprio, com continuidade, coerência e ambição.

A História não se faz apenas de reconhecimentos jurídicos formais. Faz-se, antes de mais, de factos consumados. O que distingue um território subordinado de um território em vias de se tornar Estado é a capacidade de decidir por si, de se defender e de impor autoridade. Após 1128, Afonso Henriques governa sem tutela, exerce justiça, lidera a guerra, distribui tenências e constrói alianças. Nada disto seria possível sem o acontecimento fundador de São Mamede. Zamora, em 1143, não cria Portugal; limita-se a reconhecer uma realidade já existente. A bula papal de 1179 não funda o reino; legitima-o no plano espiritual europeu. Ambos são marcos importantes, mas secundários face ao momento em que o poder nasce de facto.

Não é por acaso que José Mattoso, um dos mais rigorosos e influentes historiadores da Idade Média portuguesa, identificou a Batalha de São Mamede como um ponto de viragem decisivo na formação de Portugal, referindo-se a esse dia como "a primeira tarde portuguesa". A expressão, carregada de sentido histórico e simbólico, sublinha precisamente isso: não o fim do processo, mas o seu início consciente, o momento em que uma comunidade política começa a existir como tal, distinta e autónoma, ainda antes de qualquer reconhecimento externo.

Celebrar o 24 de junho de 1128 como o início de Portugal não significa ignorar a complexidade do processo histórico. Pelo contrário, significa compreendê-lo com rigor. As nações não nascem por decreto, nascem quando uma comunidade política se afirma no terreno. É isso que acontece em São Mamede. A partir daí, a História portuguesa ganha direção própria, deixa de ser um apêndice da política leonesa e passa a escrever-se a partir do Norte do atual território nacional, com Guimarães como centro simbólico e político desse arranque.

O ano de 2028, ao assinalar os 900 anos desse acontecimento, oferece a Portugal uma oportunidade rara: a de celebrar a sua origem com profundidade histórica e sentido cívico. Não se trata de criar uma nova data artificial, mas de recuperar uma memória fundadora que sempre esteve presente na historiografia séria, embora nem sempre assumida no plano simbólico nacional. Ao fazê-lo, o país reforça a sua consciência histórica, clarifica a sua narrativa de origem e presta homenagem a um momento decisivo em que o destino coletivo começou a ser traçado com autonomia.

Portugal não começa quando é reconhecido pelos outros; começa quando se reconhece a si próprio como entidade política distinta. Esse reconhecimento nasce no campo de São Mamede, num dia de verão de 1128. Por isso, comemorar 2028 não é um exercício de nostalgia, mas um ato de lucidez histórica. É afirmar que a identidade nacional assenta em factos, não em convenções tardias. É assumir, com maturidade, que Portugal tem um Dia Um e que esse dia merece ser lembrado, celebrado e compreendido como o verdadeiro início da sua História enquanto nação.

PUBLICIDADE



PUBLICIDADE

Dona Ermelinda

FAZ PARTE DA SUA VIDA

TRADIÇÃO E EXCELÊNCIA, EM TODOS OS MOMENTOS.

Vinho tinto rico em frutos vermelhos bem maduros, bem harmonizado com a mdeira. Final de boca cheio, complexo, longo e agradável.

Red wine rich in very ripe red fruits well combined with the wood. Full, complex, long and pleasant aftertaste.



PORTUGAL Superbrands ·2025· ELEITO PELOS CONSUMIDORES

CASA ERMELINDA FREITAS EST. 1920

WWW.ERMELINDAFREITAS.PT



SEJA RESPONSÁVEL. BEBA COM MODERAÇÃO.
wines of portugal
WINE in MODERATION